

Diálogo inter-religioso? Católicos e protestantes no período pós-concílio Vaticano II no Brasil.

Resultado de investigación finalizada

GT 21- Sociología de la Religión

Gledson Ribeiro de Oliveira

Resumo

Essa pesquisa buscou discutir a recepção do discurso ecumênico, inaugurado com o Vaticano II, pelas igrejas protestantes batista e presbiteriana. A virada ecumênica, principal motivo da convocação do concílio foi a inovação religiosa que mais repercutiu nas bases religiosas acatólicas. À exceção de metodistas e luteranos, as duas maiores igrejas protestantes de origem estadunidense (presbiterianas e batistas) passaram do entusiasmo, a desconfiança, crítica e rejeição do ecumenismo. O diálogo ecumênico colocava em jogo o ‘senso de identidade’ do protestantismo. Neste caso, aceitá-lo significava o não reconhecimento das diferenças entre duas religiões em luta concorrencial.

Palavras-chave: Recepção do Ecumenismo, protestantismo, catolicismo pós-conciliar.

Esta pesquisa buscou compreender como duas das principais igrejas do protestantismo histórico brasileiro, a igreja batista e a igreja presbiteriana, reagiram e resistiram à proposta ecumênica do Concílio Vaticano II nos anos 1960. Entre as inovações pastorais, tais como a participação dos leigos na liturgia, a centralidade da Bíblia e do Cristo na homilia, o uso da língua vernácula na administração dos sacramentos e em demais momentos da liturgia – prédica, orações e cantos -, o uso de instrumentos musicais para além do órgão de tubos, e o comedimento no uso de imagens nas igrejas – ‘cassação de santos’ -, foi a virada ecumênica a que mais repercutiu na esfera protestante.

Em linhas gerais, ao final dos anos 1950 e com o início da ditadura militar, inicia-se no Brasil um período de eventos conturbados e repressivos que reconfiguraram os mais diferentes campos sociais. O campo religioso católico e evangélico não ficou imune a essas transformações colocando padres, pastores e leigos no epicentro dos conflitos com os sucessivos governos militares e dentro de suas próprias igrejas. Nesse momento o catolicismo se politiza consagrando no Concílio Vaticano II (1959-1962, 1962-1965) e mais tarde em Medellín (1968) e Puebla (1978) o diálogo aberto e franco da Igreja com a problemática social e com as demais religiões cristãs. Em particular o Concílio Vaticano II significou a entrada controlada e vacilante da Igreja Católica ao ‘tempo do agora’. Controlada porque a reforma da Igreja deveria acontecer em doses homeopáticas. Vacilante porque os bispos não tinham como dimensionar os impactos dos novos compromissos conciliares na vida real da Igreja. A reunião conciliar foi o momento de negociação dos conflitos que abalavam a comunidade católica por todo o mundo. Buscou acordar e superar crises oriundas dos conflitos entre diferentes camadas de pensamento na Igreja, isto é, entre os fundamentalistas, reformistas, tradicionalistas e radicais. Uma difícil tarefa que dividiu o clero em entusiastas, confusos e pessimistas deixando a instituição encurralada entre a tradição e a necessidade de modernização de sua estrutura. (Miranda, 1995; Serbin, 2008; Mainwaring, 2004).

A teologia da libertação, um produto nem tanto inesperado, mas colocado em suspeito pelo Vaticano, foi o primeiro passo para a secularização da teologia latino-americana no interior do catolicismo. Os clérigos, impulsionados por diversos segmentos sociais de dentro e de fora da igreja, incorporaram autores e métodos seculares à sua reflexão teológica, fazendo a defesa dos ideais

iluministas de democracia, direitos humanos, liberdade política e igualdade social - e em alguns casos do socialismo -, ao mesmo tempo em que criticaram, não sem punições exemplares, as desigualdades do sistema capitalista, o indiferentismo ético-político da Igreja, o individualismo e o desenvolvimentismo econômico. Entre críticas e incorporações, a teologia da libertação constituía-se como a resposta propriamente terceiro-mundista à modernidade periférica.

Já no campo evangélico deu-se início à era das mega-concentrações, marchas, campanhas de evangelização e o *boom* das igrejas pentecostais. Práticas e teologias modernizantes desenvolveram-se no seio protestante, ocasionando conflitos com as lideranças mais conservadoras. Em oposição a esse liberalismo o fechamento protestante ao diálogo ecumênico desencadeou a rejeição de qualquer aproximação ao catolicismo e o expurgo de teologias, difundidas por alguns poucos pastores e leigos exilados, que eram consideradas subversivas/comunistas, seguido pelo fechamento de igrejas e a aproximação de pastores aos governos ditatoriais, resultando na progressiva adoção de práticas e discurso autoritários dentro das igrejas.

Às igrejas protestantes era impossível uma postura de indiferença diante dos novos compromissos e reformas litúrgicas da Igreja Católica. Não havia como a nova conduta católica em relação aos chamados ‘irmãos separados’ passar despercebida. Vigilantes vários teólogos, pastores e leigos presbiterianos e batistas escreviam artigos na imprensa confessional nos quais ponderavam e debatiam os novos compromissos assumidos pela Igreja Católica. Ainda não estavam bem certos de como se comportar em relação à virada ecumênica e ante a supressão de algumas doutrinas e práticas rituais da igreja romana. As únicas igrejas do universo evangélico que permaneceram indiferentes ou sem dúvidas sobre qual postura adotar foram as pentecostais, permanecendo inflexíveis quanto ao significado herético do catolicismo. Do outro lado a Igreja Católica alimentava dúvidas sobre a viabilidade de uma aproximação aos pentecostais consideradas, na época, mais seitas que igrejas cristãs.

No meio presbiteriano e batista alguns segmentos receberam o Concílio primeiramente com entusiasmo, depois com cautela, evoluindo para a crítica radical e total rejeição. Essa última posição foi a hegemônica nas igrejas. Desencorajavam e em alguns casos proibiam com punições qualquer diálogo não autorizado com padres e bispos ou a participação em atividades ecumênicas. Entendiam a convocação do Vaticano II como uma tentativa de fortalecer o catolicismo em um momento de fragilidade interna – conflito teológico-político, absolutização institucional do pensamento, evasão de padres, falta de vocação sacerdotal, esvaziamento das igrejas, dependência ao clero estrangeiro etc. - bem como de franca redefinição de suas estratégias e táticas visando refrear seus rivais protestantes, pentecostais e, claro, o avanço comunista.

Um dos que receberam com simpatia os acontecimentos no Vaticano foi o então pastor presbiteriano Rubem Alves. Em Novembro de 1962 a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos realizou em São Paulo O Catolicismo Romano - um simpósio protestante (1962) em que professores de instituições católicas e protestantes debateram sobre as inovações pastorais e doutrinárias pelas quais passavam a igreja romana e as possibilidades do diálogo inter-religioso. Após uma longa digressão pela teologia católica anterior ao Vaticano II Rubem Alves comentou em sua palestra Movimentos de renovação na igreja Católica contemporânea que as inovações em curso buscavam resolver a tensão entre comunidade e estrutura hierárquico-institucional, entre o “pensamento do século” e a teologia católica. Destacou que a rigidez institucional que não acompanhava as mudanças comunitárias da igreja parecia entrar em processo emoliente. A renovação na igreja havia deixado de lado o discurso da Reforma como o movimento de um “desequilibrado” – Lutero – vendo nela o desejo de verdadeira preocupação com a piedade, a recuperação da verdadeira fé, e do evangelho: “a base do nosso testemunho, como cristãos, se encontra na expressão vivida da unidade que a ação de Deus cria. E que por isto mesmo, todas as divisões que sejam produto de distinções simplesmente horizontais não podem permanecer frente à ação unificadora da graça”.

Havia interesse no desenrolar dos acontecimentos conciliares. Além de realizarem simpósios, publicavam comentários sobre as resoluções do Concílio à medida que eram disponibilizadas pela CNBB. Escrevendo para o Brasil Presbiteriano um pastor celebrou os novos rumos tomados pelo catolicismo. Comentou que a nova orientação do “papa das transformações” para com as igrejas protestantes já se fazia sentir ao nível cotidiano criando situações inusitadas. “Na própria carne sentimos as transformações operadas, quem sabe, pela influência desse homem, agora tão chorado [João XXIII]...”. Lembrou que anos atrás ao missionar em Cambuquira, no estado de Minas Gerais, o padre da paróquia havia articulado uma multidão contra o culto que ele realizava. Após o Concílio, na mesma cidade, a recepção ao coral havia sido outra. “Que sensação estranha ouvir o alto-falante da torre do templo católico-romano convidando o povo a ouvir o coral presbiteriano”. (Brasil Presbiteriano. Junho 1963).

No meio batista o sentimento não foi diferente. Houve quem compartilhasse do entusiasmo da imprensa e dos cristãos de todo o mundo para com o papa. Um colaborador escreveu ao jornal da denominação que em 1963 duas iminentes figuras tiveram suas vidas findadas, John Kennedy e João XXIII. Ambos católicos, e cada um a seu modo, dedicaram suas vidas a revolucionar a esfera onde atuavam. Em particular João XXIII conduziu a Igreja Católica ao “caminho da atualização, quebrando tabus e adaptando a Igreja ao momento histórico que estamos vivendo” sendo um dever de Paulo VI continuar sempre “para melhor” o trabalho de seu antecessor. (Jornal Batista. 02.03.1064. p. 06.). Uma virada simbólica acontecera. De anticristo – como descrito na Confissão de fé de Westminster, adotada pelas igrejas presbiterianas do Brasil – o papa passava a emissário de um novo tempo.

Inevitavelmente o discurso ecumênico provocou assombro e incômodo a ambas as religiões. Mas pode-se especular que o estranhamento dos fiéis católicos foi diretamente proporcional àquele sentido no universo evangélico. Desde criança formava-se um *habitus* no qual se aprendia a considerar o protestantismo como inimigo. O Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo (2004 [1964], p. 47-48) seção O estudo da Sagrada Escritura que dizia que os ‘irmãos separados’ não eram mais inimigos da fé causou arrepio nas bases protestantes. Da mesma forma, chamou a atenção, no meio protestante, a recomendação dada ao clero de que se enfatizasse mais o ensino da Bíblia.

Contudo, à medida que se divulgavam as deliberações do concílio o entusiasmo esmorecia. Em pouco tempo o discurso sobre o Vaticano II passou da surpresa e otimismo, para a desconfiança e rejeição. As inovações pastorais resumiam-se a uma reorientação estratégica visando à sobrevivência e ao fortalecimento da Igreja. Tratava-se de mera conveniência do clero a supressão de alguns obstáculos que impediam o diálogo entre católicos e protestantes. Deixar de atear fogo às Bíblias de tradução Ferreira ou retirar imagens dos altares das igrejas não tinha nada a ver com um retorno ao que ele chamou de “ensinamentos do Pai eterno”. No jornal Tribuna do Ceará de 6 de dezembro de 1966 um pastor do estado do Ceará, nordeste do Brasil, escreveu que se para apartar a mocidade do materialismo, comunismo, licenciosidade etc. fosse necessário mudar a “monótona música sacra” e incorporar à missa e outras reuniões católicas o “iê, iê, iê” do *rock ‘n’ roll* a mudança seria justificada. Para um grande grupo de pastores e leigos protestantes os dogmas católicos permaneciam inalterados. Argumentavam que muitos princípios importantes à unidade dogmática católica como o purgatório, a assunção de Maria e a mediação dos santos continuavam intocados. A mencionada e brevemente celebrada ‘cassação dos santos’ levou alguns a cogitarem o fim da *dulia* e *hiperdulia*, questão considerada fundamental para qualquer aproximação entre as duas religiões. (Brasil Presbiteriano. 01.07.1966. p.07.).

Um grupo cada vez mais hegemônico no meio protestante compreendia que o catolicismo mudara apenas epidermicamente. Citavam como exemplo que o tridentino dogma da salvação apenas na Igreja Católica foi modificado a fim de que parecesse menos restritivo. Sobre esse dogma um articulista perguntou aos leitores do Jornal Batista de 8 de novembro de 1964: “Vai a Igreja Católica deixar de afirmar que é a única verdadeira e infalível? Vai admitir o acerto das igrejas protestantes?” A

resposta veio quando da publicação do decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo: “a plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja Católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade” (2004 [1964], p. 18). O ‘caminho da salvação’ não passava unicamente mais pela igreja romana. Porém ela era a única que reunia os melhores recursos materiais e espirituais necessários ao cristão que busca o ‘reino dos céus’. Discursos em que se acusavam pastores e leigos de serem ingênuos por caírem no “laço” ecumenista. “Só será enganado pela igreja romana os que quiserem. Porque seus documentos oficiais não deixam margem ao engano”. (O Jornal Batista. 28.07.1968. p. 02.).

O ditado latino *Roma semper eadem* continuava como o preferido nos diversos artigos à imprensa batista e presbiteriana. Aos olhos de um segmento dominante no protestantismo da época o concílio se apresentava como um espetáculo de ostentação e propaganda. A imponência da Basílica de São Pedro, as vistosas vestes corais dos cardeais e as luvas encomendadas por Paulo VI na França ao preço de Cr\$ 160.000,00 ajudaram a construir a imagem de uma igreja que não vivia como o Cristo vivera. (O Jornal Batista. 29.02.1964. p. 2.). O pagamento da viagem a expensas do erário federal reforçavam as críticas. [A delegação brasileira formada por 204 bispos viajou em avião fretado da PANAIR]. “Pelo Congresso de Brasília tramitou o projeto de lei, concedendo milhões aos bispos brasileiros, para realizarem esta excursão, totalmente inútil à nossa Pátria e altamente prejudicial ao povo”. Gastava-se o dinheiro dos “seus adversários religiosos” - espíritas, agnósticos, evangélicos, ateus, e maçons – para um passeio de luxo que lhe parecia mais um grande golpe de *marketing* de uma igreja que “estava perdendo terreno em toda a parte. Esta é a sua finalidade principal: a publicidade da organização”. (O Jornal Batista. 21.03.1964. p. 07.).

Tomavam por ridícula a proposta, não oficial mas discutida, aos pastores solteiros que quisessem se tornar sacerdotes que complementassem sua formação em um seminário católico e se ordenassem; os casados poderiam ingressar no restituído diaconato da Igreja.

Segundo os líderes batistas e presbiterianos as próprias bases em que se estabeleceu o diálogo ecumênico pareciam inaceitáveis. Preparando o que viria a ser o tema principal do concílio em sua primeira encíclica João XXIII solicitou na seção o Paterno convite à unidade o “regresso” dos irmãos separados ao seio católico. Uma palavra pretensiosa que colocava o papa na posição de Pai de todos os cristãos e a Igreja Católica como lugar de congregamento de toda a cristandade (Carta Encíclica de João XXIII. *Ad Petri Cathedram*). Parecia a alguns que a Igreja fingia não entender que a saída do catolicismo não fora por despeito e sim por diferenças na prática e interpretação do evangelho. No artigo Romanismo e ecumenismo de junho de 1959, publicado no Brasil Presbiteriano, criticou-se essas condições estabelecidas para o diálogo. A única postura a ser tomada pelo protestante não “mascarado” - ou seja, que não caíra no conto ecumenista - frente ao pedido de unidade de todos os cristãos era a ironia. Em chiste escreveu que os protestantes retornarão a “santa madre igreja”, “humilhados” e “arrepentidos”: “Certo é que existe nos arraiais protestantes hoderanos um pieguismo tolo, tentando tratar a Igreja Romana como ‘igreja irmã’. Ecumenismo e apostasia são termos que devem ser diferentes. Ecumenismo papalino é romanização. E romanização é apostasia.” (*apud* Alves, 1982 [1979], p. 251).

O impasse era insuperável: o retorno à Igreja significava seguir qual chefe espiritual? Quem seria a cabeça dessa nova igreja cristã ecumênica? O Papa? O Cristo? “O que aconteceria com a união denominacional, se elas todas se unissem numa, cada uma com a bagagem da sua fé e prática e não da Bíblia? O papa de Roma, de certo desejaria ser o Cabeça, e nós desejamos Cristo”. Para esse grupo a união só seria possível com a conversão dos católicos, ou seja, com o questionamento das categorias interpretativas e de conduta do catolicismo e substituição pelos esquemas de interpretação e de conduta reformadas. (O Jornal Batista. 31.01.1965). Naqueles dias, no dizer de Rubem Alves, a situação era de guerra. Aceitar o convite ecumênico significava submeter-se ao papado e capitular frente ao inimigo.

Não obstante, existiram experiências em que se tentou uma aproximação. Apesar de poucas as situações ecumênicas em que pastores e clérigos estiveram juntos são emblemáticas. Adentrar ao jogo ecumênico sob as regras da Igreja Católica significou a troca de cordialidades e palavras diplomáticas entre pastores e clérigos ao invés de um ‘diálogo’ na acepção do termo. Existia uma ‘convivência pacífica’ como me confidenciou um de meus interlocutores presbiteriano. Principalmente por iniciativa do clero, reuniões foram realizadas por todo o Brasil com as principais lideranças protestantes. Dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza, cidade capital do estado do Ceará, seguindo o protocolo ecumenista convidou vários pastores ao Palácio do Bispo para conversarem, excetuando-se os pentecostais. Nessa reunião Dom Delgado se comprometeu dizendo que enquanto ele fosse pastor da Igreja Católica em Fortaleza ele não consentiria que os evangélicos fossem tratados de ‘protestantes’ e qualquer atos de “hostilidade e perseguição”. Garantias que estavam no reino da oficialidade, da institucionalidade. Impossível garantir que os enfrentamentos inter-religiosos cessassem. As estatísticas, bem como o porvir do campo religioso, mostrariam que normas não suprimem automaticamente os conflitos.

Outro pastor presente à reunião, no caso um batista, falou-me de uma recordação menos tenra desse encontro. O arcebispo queria realizar uma campanha “sobre o Reino de Deus” em que houvesse a presença dos pastores dando palestras “inclusive em missas”. Incomodado com a situação, o batista pediu a palavra e disse: “Eu queria me situar. A sua campanha é sobre o povo de Deus. Qual é o seu conceito de povo de Deus para ver se é o meu também?”. O arcebispo teria lhe respondido: “Bem o povo de Deus é qualquer pessoa que tenha alguma coisa de Deus na sua vida, e todos nós temos”. Dom Delgado seguia à risca o capítulo 3 do Decreto *Unitatis Redintegratio* - Os irmãos separados e a Igreja Católica - que definia o cristão como “todos quantos se rotulem tais”. Uma mudança sensível introduzida pelos bispos conciliares. O pastor batista replicou: “Olhe eu não vou entrar na sua campanha porque povo de Deus é composto de pessoas salvas, regeneradas, transformadas por Jesus Cristo”. A partir daí o pastor da igreja batista iniciou sua campanha no rádio contra o ecumenismo.

Essa reunião foi a primeira de muitas situações em que lideranças cearense do protestantismo e do catolicismo estiveram juntas. O convite para pastores participarem de celebrações públicas da Igreja fora uma praxe pós-Vaticano II, largamente difundida por todo o país. O seu contrário, porém, não foi verdadeiro. Pouquíssimas situações foram criadas pelas igrejas protestantes que contaram com a presença de clérigos. Outras situações foram desencadeadas menos por motivos religiosos que por uma conjuntura política que levou ambas as religiões a estarem juntas nas comemorações pós-Golpe Militar. Por exemplo, em 16 abril de 1964, o Colégio Batista e o Colégio Sete de Setembro – protestantes - junto com o Colégio Cearense – católico - foram convidados a participarem da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade promovido pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense com o apoio da Igreja Católica. Esse evento de comemoração ao Golpe Militar no Brasil terminou com uma concentração monstro de cinquenta mil pessoas em frente à 10ª Região Militar do Exército Brasileiro.

A participação em celebrações ecumênicas só começou quando Dom Delgado assumiu em 1963 a arquidiocese de Fortaleza. A estratégia era criar momentos em celebrações públicas para que os pastores falassem. Uma emblemática situação criada por Dom Delgado se deu quando dos preparativos da Semana da Família. Para falar no dia, Dom Delgado convidou um pastor presbiteriano para pregar na Catedral durante a Semana da Família baseado em um versículo previamente escolhido. Ecumenista? Sim. Precavido? Também. Dom Delgado não quis deixar em aberto o tema da pregação. Por quê? Pode-se deduzir que na condição de arcebispo estava oferecendo o mais importante altar do catolicismo cearense para um ‘ex-inimigo de fé’. Devia temer que o altar se transformasse em púlpito e o sermão em pregação conversionista. Era necessário controlar a situação. A melhor forma de fazê-lo fora dar as coordenadas a serem seguidas pelo pastor presbiteriano. No dia o pastor só seguiu em parte a proposta de roteiro e iniciou sua prédica “declarando guerra” à audiência que lotava a Catedral. Uma clara situação não intencional advinda de uma ação intencional do arcebispo.

Noutra situação um pastor batista foi convidado a falar no Seminário da Prainha, também da Arquidiocese de Fortaleza. Durante sua exposição explicou que “era praticamente impossível a adoção do ecumenismo e que entre os evangélicos a gente não conseguia uma unidade doutrinária, muito menos com a Igreja Católica”. Aberto o debate o Reitor fez a primeira indagação nestes termos: “O senhor acha que pelo menos com fundamento nas doutrinas do primeiro século, até o primeiro século, haveria possibilidade de união entre católicos e evangélicos?”. De pronto o pastor batista respondeu-lhe: “Para nós batistas só aceitamos as doutrinas que estão no Novo Testamento, saiu disso nós não aceitamos”. O monsenhor concluiu: “Pois então o senhor está dizendo que é impossível”.

Nas tramas do jogo ecumênico havia um aspecto não mencionado pelo clero que fazia parte de sua estratégia de aproximação. A visita de um líder acatólico à Igreja incorria na retribuição da visita pelo bispo. Situação que gerou nos casos considerados mais graves a retirada de pastores de suas igrejas e seu deslocamento para outros estados.

Que última reflexão pode-se fazer de tudo que foi escrito até aqui? Que apesar de existirem grupos ecumênicos o pensamento majoritário era de inadmissibilidade da transformação do catolicismo, seu secular inimigo em ‘irmãos em Cristo’. Para esse grupo o protestantismo aportou no Brasil para converter católicos. Uma vez dirimidas as tensões e diferenças entre as religiões, mas nunca totalmente suprimidas, católicos e protestantes tornaram-se ‘amigos de fé’ ao invés de ‘inimigos de fé’. Não haveria mais católicos a quem converter. Conseguindo bem mais do que esperavam ou desejavam ao longo de mais de cem anos de trabalho de evangelização e conversão a própria igreja católica estava se transformando. Porque então da rejeição? Na citação acima há uma expressão chave: “senso de identidade”.

O que se quer dizer quando se fala em ‘identidade’? Em sua conclusão do seminário interdisciplinar *L’Identité* Claude Lévi-Strauss (1977, p.332) defende: “(...) *l’identité est une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il jamis d’existence réelle. (...) et voir que son existence est purement théorique: celle d’une limite à quoi ne correspond en réalité aucune expérience*”. Ou seja, identidade não é algo que se tem. Empiricamente não verificável, ou localizável, mas sempre acionado pelos indivíduos, grupos e suas instituições como forma de se distinguirem, de se afirmarem ou construírem vínculos no seio do grupo, a ‘identidade’ é um processo sócio-histórico de diferenciação que define um posicionamento em relação a um Outro. Portanto, um recurso discursivo que só pode ser proferido quando em relação a esse Outro. Relacional o que se chama de identidade é sempre uma identidade-como-diferença. O que significa dizer que a identidade é um antagonismo entre o Eu e o Outro, ao mesmo tempo em que é a negação e o estabelecimento de fronteiras entre esse Eu e o Outro. Se se pode falar apenas virtualmente de ‘identidade’, ou com Rubem Alves de um “senso de identidade” do protestantismo brasileiro, esta foi sempre construída e afirmada em oposição ao catolicismo. Destarte, para o protestantismo da reta doutrina aceitar o ecumenismo seria acatar que não há distinção entre eles e os católicos, do não reconhecimento das diferenças construídas e afirmadas ao longo do tempo entre ambas as religiões. A noção de identidade está carregada de negatividade. O Eu e o Outro se negam, desconstroem-se e desautorizam-se mutuamente forjando no jogo do reconhecimento e do não reconhecimento uma identidade-como-diferença. (Burity, 1997). Não obstante, a rejeição do ecumenismo significa a afirmação do senso de identidade protestante, pois aceitar o ecumenismo não reconhecer as diferenças existentes entre protestantes e católicos. Como escreveu um articulista que se perguntou no *Jornal Batista* de 1968 se a presença de padres falando no púlpito das igrejas não confundiria os fieis os ouvintes poderiam pensar “que não há diferença entre o padre e o pastor. E assim, estarão sendo enganados”. (*O Jornal Batista*. 28.07.1968. p. 02.).

Finalizando: o que faz ser protestante naqueles anos? Uma carta aberta publicada no *Jornal Brasil Presbiteriano* oferece uma resposta a esta questão ao mesmo tempo em que resume a posição hegemônica acerca do ecumenismo entre os presbiterianos e que pode ser estendida ao universo batista.

A carta aberta respondia a um artigo publicado no jornal da Confederação da Mocidade Presbiteriana – a ‘Mocidade’, organização e jornal extintos pelo Supremo Concílio por ser simpática ao ecumenismo e lócus da teologia política de Richard Shaul. Nesse artigo o articulista afirmou a necessidade dos evangélicos abandonarem o “dogmatismo anticatólico – secular mal da Igreja Protestante Brasileira”. Um claro convite aos membros da igreja presbiteriana a abandonarem a intransigência religiosa em favor do diálogo com o catolicismo. Após ler a carta, consternado com a argumentação, um pastor respondeu-a admoestando aqueles que trilhavam o caminho do ecumenismo:

Se é verdade o que o amigo afirma, é de se lamentar muito que isso esteja acontecendo. Pois como é possível ser cristão evangélico e não ser ao mesmo tempo anticatólico? O evangelho que pregamos, de salvação pela graça, mediante a fé em Cristo, sem obras, salvação que se alcança pela graça, mediante a fé em Cristo, sem obras, salvação que se alcança já nesta vida, razão por que se tem certeza absoluta, desde aqui, de entrada imediata à presença de Deus, após a morte, é contrário a tudo quanto o Catolicismo romano ensina sobre o assunto. (Brasil Presbiteriano. Julho. 1960. p. 05.)

Substituindo o sujeito e invertendo o sentido do já citado ditado latino pode-se dizer: *Protestante semper eadem*.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. (1982). *Protestantismo e Repressão* (2ª. Ed.). São Paulo: Ática, 1982.
- BURITY, Joanildo. (1997). *Identidade e política no campo religioso*. Recife: Ed. UFPE.
- LOWY, Michael. (2000). *A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MAINWARING, Scott. (2004). *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense.
- MIRANDA, Julia. (1995). *Horizontes de Bruma: os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Maltese.
- REILY, Duncan Alexander. (1993). *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE.
- LÉVI-SATRAUSS, Claude. (1977). *L'Identité – Seminaire interdisciplinaire dirige par Claude Lévi-Strauss professeur au Collège de France (1974-1975)*. Paris: Quadrige/PUF.